



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE RORAIMA**

*"Amazônia: Patrimônio dos brasileiros"*

**12<sup>a</sup>** Seleção de  
**Estágio  
Forense**

**CADERNO DE PROVA**

**Boa Vista-RR, 20 de novembro de 2016**



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA  
PROCESSO SELETIVO – ESTÁGIO FORENSE 2016**

**INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS**

- *Abra este Caderno de Questões somente quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.*
- *Observe se o Caderno está completo. Esta Prova abrange 02 (duas) partes, assim constituídas: **1ª Parte - Prova Objetiva de Múltipla Escolha**, contendo **45** (quarenta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha com **04** (quatro) alternativas cada, sendo **06** (seis) questões de Direito Constitucional, **06** (seis) questões de Direito Penal, **06** (seis) questões de Direito Processual Penal, **06** (seis) questões de Direito Civil, **06** (seis) questões de Direito Processual Civil, **02** (duas) questões de Direito Administrativo, **05** (cinco) questões de Legislação Especial, **05** (cinco) questões sobre a Lei Complementar Federal nº 80/94 e Lei Complementar Estadual-RR nº 164/10 e **03** (três) questões de Direitos Humanos. **2ª Parte – Prova Subjetiva**, contendo **02** (duas) questões, sendo **01** (uma) de Direito Penal e **01** (uma) de Direito Civil.*
- *Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.*
- *Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da prova objetiva, você receberá um Cartão-Resposta. Para responder às questões subjetivas você receberá duas Folhas de Respostas Subjetivas, contendo espaço para respostas das duas questões subjetivas. Verifique se o Número de Inscrição impresso no Cartão-Resposta e na Folha de Respostas Subjetivas coincide com o seu Número de Inscrição.*
- *As bolhas do Cartão-Resposta devem ser preenchidas, totalmente, com caneta esferográfica azul ou preta. Cada questão objetiva apresenta apenas uma resposta correta.*
- *Você dispõe de 4 horas para responder todas as duas partes da Prova (Objetiva e Subjetiva) – já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta. O tempo de Prova está dosado, de modo a permitir fazê-la com tranquilidade.*
- *Você só poderá retirar-se da sala **01** (uma) hora após o início da Prova. Somente poderá levar este caderno de questões após **03** (três) horas do início desta prova.*
- *Preenchido o Cartão-Resposta e respondidas as Folhas de Respostas Subjetivas, entregue-os (Cartão-Resposta e Folhas de Respostas Subjetivas) ao Fiscal, juntamente com este Caderno, e deixe a sala em silêncio.*
- *Qualquer identificação no Cartão-Resposta ou nas Folhas de Respostas Subjetivas implicará na eliminação do candidato.*

**BOA SORTE!**

**1ª PARTE – PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA****DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 1** - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, **EXCETO**:

- a. A soberania.
- b. A cidadania.
- c. A liberdade de credo.
- d. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

**Questão 2** - São bens da União, **EXCETO**:

- a. Todas as terras incluídas na faixa de fronteira.
- b. Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
- c. Os potenciais de energia hidráulica.
- d. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

**Questão 3** – Sobre a Defensoria Pública é **INCORRETO** afirmar que:

- a. É instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.
- b. É expressão e instrumento do regime democrático.
- c. Incumbem-lhe, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- d. Os Defensores Públicos são bacharéis em direito e em outras áreas das ciências humanas.

**Questão 4** - Sobre os objetivos da assistência social, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b. O amparo às crianças e adolescentes carentes.
- c. A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, sendo vedada a promoção de sua integração à vida comunitária.
- d. A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

**Questão 5** – Conceder-se-á mandado de injunção sempre que:

- a. A falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- b. Seja necessário assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- c. Alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- d. Alguém necessitar anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

o

**Questão 6** – Sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, é **INCORRETO** afirmar:

- Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, salvo se reparar os danos causados.
- São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

**DIREITO PENAL**

**Questão 7** - Dentre as alternativas abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- Enquanto na desobediência o agente não cumpre uma ordem legal de um funcionário público, na resistência o agente se opõe à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça ao funcionário competente ou quem lhe esteja prestando auxílio.
- Enquanto na resistência o agente não cumpre uma ordem legal de um funcionário público, na desobediência o agente se opõe à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça ao funcionário competente.
- Nos crimes de desobediência admite-se concurso de crimes, no entanto nos crimes de resistência não.
- A pena prevista para o crime de resistência é a mesma prevista para desobediência.

**Questão 8** - Sobre a Lei Penal no tempo, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, mas persistindo os efeitos penais da sentença condenatória.
- A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

**Questão 9** – **NÃO** é pena restritiva de direitos:

- Multa.
- Perda de bens e valores.
- Limitação de fim de semana.
- Interdição temporária de direitos.

**Questão 10** – Sobre as medidas de segurança, é **INCORRETO** afirmar:

- Extinta a punibilidade, não se impõe medida de segurança nem subsiste a que tenha sido imposta.
- Se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação. Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial.
- A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade.
- O prazo mínimo da internação ou tratamento ambulatorial deverá ser de 2 a 5 anos.

o

**Questão 11 – NÃO** se pune o aborto praticado por médico, **EXCETO**:

- a. Se não há outro meio de salvar a vida da gestante.
- b. Se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.
- c. Quando se tratar de feto anencéfalo.
- d. Se a gestante é maior e há consentimento desta e dos pais da gestante.

**QUESTÃO 12 –** Acerca da ilicitude, **NÃO HÁ CRIME** quando o agente pratica o fato em:

- a. Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- b. Estado de necessidade, *praeter dolo*, estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito..
- c. Conduta culposa, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- d. Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou conduta dolosa.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Questão 13 -** A prisão em flagrante deve:

- a. Ser comunicada apenas à família do preso, sob pena de nulidade.
- b. Ser comunicada imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. Em até 24 horas após a realização da prisão será encaminhada ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o atuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- c. Ser comunicada apenas ao juiz, uma vez que a família deve ser avisada quando da propositura da ação penal.
- d. Nenhuma das alternativas está correta.

**Questão 14 -** O preso que ficar calado no interrogatório judicial:

- a. Poderá ter seu silêncio interpretado contra ele.
- b. Sempre terá seu silêncio interpretado contra ele.
- c. Poderá permanecer calado sem que seu silêncio seja interpretado contra ele.
- d. Se permanecer calado e seu advogado não se pronunciar, terá seu silêncio interpretado contra ele.

**Questão 15 -** Não será admitido o uso de força para efetuar a prisão, **SALVO**:

- a. A indispensável no caso de resistência.
- b. A indispensável no caso de tentativa de fuga do preso.
- c. Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente.
- d. Todas as alternativas estão corretas.

**Questão 16** - Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a. Considera-se em flagrante delito quem acaba de cometer a infração.
- b. Considera-se em flagrante delito apenas quem está cometendo a infração penal.
- c. Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- d. Qualquer do povo poderá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

**Questão 17** – Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar, **EXCETO**:

- a. A informação sobre a existência de filhos e respectivas idades.
- b. Se os filhos possuem alguma deficiência.
- c. O nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- d. Se a pessoa presa concorda com a realização de audiência de custódia.

**Questão 18** – **NÃO COMPETE** ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes de:

- a. Matar alguém, impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- b. Provocar aborto pela gestante ou com seu consentimento.
- c. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça.
- d. Latrocínio.

**Direito Civil**

**Questão 19** - De acordo com as regras previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.
- b. Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo para início do vigor da lei começará a correr da nova promulgação.
- c. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- d. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com os princípios gerais de direito, os costumes, a jurisprudência e a analogia, nessa ordem.

**Questão 20** - Assinale a opção **CORRETA**, em relação à classificação e à eficácia das leis no tempo e no espaço.

- a. Quanto à eficácia da lei no espaço, no Brasil se adota o princípio da territorialidade moderada, que permite, em alguns casos, que lei estrangeira seja aplicada dentro de território brasileiro.
- b. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), em regra, a lei revogada é restaurada quando a lei revogadora perde a vigência.
- c. Por ser o direito civil ramo do direito privado, impera o princípio da autonomia de vontade, de forma que as partes podem, de comum acordo, afastar a imperatividade das leis denominadas cogentes.
- d. A lei entra em vigor somente depois de transcorrido o prazo da vacatio legis, e não com sua publicação em órgão oficial.

o

**Questão 21** - Quanto ao domicílio e residência, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- a. Residência é o lugar em que a pessoa se fixa, ainda que temporariamente. Possui elemento objetivo: lugar em que a pessoa se fixa.
- b. O direito brasileiro veda, em qualquer espécie, a pluralidade de domicílios. O legislador pátrio priorizou a segurança jurídica nas relações, determinando domicílio único.
- c. Domicílio é o lugar em que a pessoa se fixa com vontade de permanecer em definitivo. A definição conduz a dois elementos, um objetivo: lugar que a pessoa se fixa. Outro subjetivo, denomina-se *animus manendi*, ou vontade de permanecer.
- d. O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.

**Questão 22** - São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a. Os maiores de 16 e menores de 18 anos.
- b. Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- c. Os pródigos.
- d. Os menores de 16 anos.

**Questão 23** - A respeito dos direitos reais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. São direitos reais a propriedade, o uso, a habitação e a hipoteca.
- b. Os direitos reais sobre coisas móveis se adquirem com a tradição.
- c. A fiança, a hipoteca e o penhor constituem direitos reais.
- d. Os direitos reais sobre coisas imóveis dependem, para sua constituição, de registro no cartório de registro de imóveis, salvo nos casos excepcionados pela lei.

**Questão 24** - Cessar, para os menores, a incapacidade, **EXCETO**:

- a. Pelo casamento.
- b. Pelo exercício de emprego público efetivo.
- c. Pela colação de grau em curso de ensino superior.
- d. Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público ou particular.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**QUESTÃO 25** – Sobre o Código de Processo Civil brasileiro é **INCORRETO** afirmar que:

- a. Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- b. É permitida a arbitragem, na forma da lei.
- c. O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.
- d. A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, exceto no curso do processo judicial.

**QUESTÃO 26** – Se o prazo não estiver estabelecido em lei, deverá ser determinado:

- a. Pelo acordo entre as partes.
- b. Pelo juiz, de acordo com a complexidade do ato.
- c. Pelo cartório do ofício da respectiva Vara.
- d. Pelo escrevente.

**QUESTÃO 27** – A petição inicial não indicará:

- a. O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- b. O pedido com as suas especificações.
- c. A emenda à inicial pretendida.
- d. A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

**QUESTÃO 28** – A petição inicial será indeferida quando:

- a. A parte for manifestamente ilegítima.
- b. O autor não carecer de interesse processual.
- c. Quando presentes o pedido e a causa de pedir.
- d. Quando o pedido for determinado.

**QUESTÃO 29** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 10 (dez) dias.
- b. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias.
- c. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 20 (vinte) dias.
- d. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 30 (trinta) dias.

**QUESTÃO 30** – Na audiência de instrução e julgamento, as provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:

- a. O perito e os assistentes técnicos, o autor, o réu, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- b. O perito e os assistentes técnicos, o réu, o autor, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- c. O perito e os assistentes técnicos, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, o autor, o réu.
- d. O autor, o perito e os assistentes técnicos, o réu, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**QUESTÃO 31** - A autorização administrativa concedida a um comerciante para colocar mesas em frente ao seu estabelecimento comercial decorre do poder:

- a. Vinculado.
- b. Disciplinar.
- c. Hierárquico.
- d. Discricionário.

**QUESTÃO 32** - Assinale a alternativa que caracteriza o exercício de poder disciplinar pela Administração Pública:

- a. Fechamento de estabelecimento comercial por falta de higiene.
- b. Punição de servidor por descumprimento de seus deveres funcionais.
- c. Desapropriação de imóvel para construção de hospital.
- d. Fixação de taxa para a prestação de serviço público de coleta de lixo.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL**

**QUESTÃO 33** – Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a. Considera-se criança a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- b. Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- c. Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e quatro anos de idade.
- d. Considera-se criança a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre onze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

**QUESTÃO 34** – De acordo com o Código de Defesa do Consumidor é **CORRETO** afirmar que:

- a. Consumidor apenas a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- b. Consumidor é apenas a pessoa jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- c. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- d. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, apenas quando determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

**QUESTÃO 35** – De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, **EXCETO**:

- a. O seu preço.
- b. Sua apresentação.
- c. O uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam.
- d. A época em que foi colocado em circulação.

**QUESTÃO 36** - Segundo o Estatuto do Idoso (Lei Lei n.º 10.741/03), são considerados idosos:

- a. As pessoas com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos.
- b. As pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- c. As pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- d. As pessoas com idade igual ou superior a 75 (setenta e cinco) anos.

**QUESTÃO 37** – De acordo com o prescrito no Decreto Federal n.º 3.298/99 (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), considera-se deficiência:

- a. Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.
- b. Apenas a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, por um prazo de, pelo menos, um ano.
- c. Toda perda de um órgão.
- d. Toda perda de qualquer parte do corpo.

**LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 80/94 e LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 164/10**

**QUESTÃO 38** – A Defensoria Pública abrange:

- a. A Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios e as Defensorias Públicas dos Estados.
- b. As Defensorias Públicas Municipais e as Defensorias Públicas dos Estados.
- c. Somente a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios e as Defensorias Públicas dos Estados.
- d. Somente a Defensoria Pública do Distrito Federal e as Defensorias Públicas dos Estados.

**QUESTÃO 39** - São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos:

- a. A informação sobre localização e horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública; a tramitação dos processos e os procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses.
- b. A qualidade e a eficiência do atendimento.
- c. O direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.
- d. Todas as opções estão corretas.

**QUESTÃO 40** – Nas Defensorias Públicas dos Estados, o Conselho Superior é presidido:

- a. Pelo Defensor Público-Geral.
- b. Pelo Corregedor-Geral.
- c. Por um Defensor Público nomeado pelo Defensor Público-Geral.
- d. Pelo Subdefensor Público-Geral.

**QUESTÃO 41** – Sobre a Defensoria Pública do Estado é **INCORRETO** afirmar que:

- a. A Defensoria Pública do Estado prestará assistência jurídica aos necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas do Estado.
- b. À Defensoria Pública do Estado caberá interpor recursos aos Tribunais Superiores, quando cabíveis.
- c. A organização da Defensoria Pública do Estado deve primar pela descentralização, e sua atuação deve incluir atendimento interdisciplinar, bem como a tutela dos interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- d. Somente a Defensoria Pública da União poderá atuar junto aos Tribunais Superiores.

**QUESTÃO 42** – Sobre as funções institucionais da Defensoria Pública do Estado de Roraima é **INCORRETO** afirmar que:

- a. A assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública do Estado.
- b. Aos membros da Defensoria Pública do Estado é garantido sentar-se no mesmo plano do Ministério Público.
- c. Se o Defensor Público do Estado entender inexistir hipótese de atuação institucional, dará imediata ciência ao Defensor Público Geral, que decidirá a controvérsia, indicando, se for o caso, outro Defensor Público do Estado para atuar.
- d. O exercício do cargo de Defensor Público do Estado é indelegável e privativo de membro da Carreira ou por assessor jurídico nomeado.

#### DIREITOS HUMANOS

**QUESTÃO 43** – Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes:

- a. Às emendas constitucionais.
- b. Às leis ordinárias.
- c. Às leis complementares.
- d. Aos decretos legislativos.

**QUESTÃO 44** – De acordo com o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é **INCORRETO** afirmar que:

- a. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
- b. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
- c. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- d. Dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis não constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

QUESTÃO 45 – De acordo com o art. 5º da Constituição Federal é **INCORRETO** afirmar que:

- a. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- b. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- c. Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- d. É reconhecida a instituição do tribunal de exceção.

**FIM DAS QUESTÕES OBJETIVAS**

## 2ª PARTE – PROVA SUBJETIVA

### INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

- Verifique se este caderno contém um total de 2 questões subjetivas, numeradas de 01 a 02. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno completo.
- As duas partes da prova terão duração total de 04 (quatro) horas.
- Utilize apenas **CANETA ESFEROGRÁFICA DE TINTA PRETA OU AZUL**.
- **Sua identificação está impressa nesta página pelo número de inscrição (veja acima, à direita).**
- **Não faça qualquer outro sinal ou marca que possa identificá-lo, pois acarretará anulação da prova e eliminação do candidato.**
- Você recebeu duas Folhas de Respostas Subjetivas. Mantenha as Folhas de Respostas Subjetivas sem rasuras e não use corretivo. Em caso de erro ao escrever, proceda da seguinte maneira: colocar a(s) palavra(s) entre parênteses e fazer um traço (APENAS UM TRAÇO) horizontal no meio da palavra. Exemplo: (~~exame~~).
- Utilize, **apenas**, o espaço destinado na folha de respostas. Tudo que estiver fora do espaço previsto para resposta não será considerado. Não será permitido o uso de celular, calculadora e outros equipamentos eletrônicos.
- Para rascunho utilize apenas a folha pautada no final deste caderno, que **NÃO PODERÁ** ser destacada e não será considerada para fins de correção.
- Leia com cuidado cada uma das questões, atentando para o enunciado. As respostas devem ser **LEGÍVEIS E CLARAS**. Responda apenas o que está sendo perguntado. O que não estiver relacionado com a pergunta, não será considerado.
- O candidato só poderá deixar definitivamente a sala após uma hora do início da prova.
- Somente será permitida a saída do candidato da sala de exames durante a prova quando acompanhado por um fiscal.
- **Este caderno, bem como o cartão-resposta e as folhas de respostas subjetivas DEVERÃO** ser entregues ao final da prova.

**BOA SORTE!**

**QUESTÕES SUBJETIVAS****QUESTÃO 1 – (DIREITO PENAL).**

Tício, morador de Boa Vista-RR, ao limpar seu revólver, provoca um disparo acidental, ferindo gravemente seu amigo Elvis. Felizmente Elvis não faleceu. As investigações policiais comprovaram que Tício agiu sem prestar a devida atenção no que fazia, pois havia uma munição na arma, fato esse que acabou por contribuir para o resultado.

Ocorre que, cinco meses depois, devido às reclamações por parte de Elvis sobre os danos que Tício lhe causara, ocorre uma luta corporal entre estes, quando Elvis saca uma arma, disparando contra a perna de Tício. Ato contínuo, antes que Elvis tenha oportunidade de disparar o segundo tiro, Tício lhe desfere uma facada no peito, causando imediatamente sua morte.

Sobre o contexto acima, tipifique as condutas em cada uma das situações, de acordo com o Direito Penal brasileiro. Discorra, obrigatoriamente, sobre TENTATIVA, CRIME CULPOSO, EXCLUDENTE DE ILICITUDE e CRIME DOLOSO.

**QUESTÃO 2 – (DIREITO CIVIL).**

Analise o caso abaixo:

1. Em 2001, Pedro tinha 10 anos de idade e vivia com a genitora, em razão da separação dos pais (João e Maria). Naquele ano, foi determinado judicialmente que João pagasse alimentos mensais ao filho.
2. Em 2003, João foi demitido da empresa onde trabalhava há 05 (cinco) anos e passou a receber, no novo emprego, metade do salário que recebia anteriormente.
3. Em 2051, Pedro, já com 60 anos de idade, recebe uma demanda judicial para prestar alimentos a seu pai, que está em idade avançada e não possui condições de prover seu próprio sustento.

Sobre o contexto acima, explique sobre as obrigações legais aplicáveis ao caso. Discorra sobre cada uma das 3 situações apresentadas, abordando, obrigatoriamente sobre OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS, POSSIBILIDADE DE REVISÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA, BINÔMIO POSSIBILIDADE/NECESSIDADE NA FIXAÇÃO DE ALIMENTOS e COISA JULGADA EM ALIMENTOS.

**RESPONDER  
APENAS NA  
FOLHA DE  
RESPOSTAS  
SUBJETIVAS**

o

**FOLHA DE RASCUNHO**

Inscrição N°

Não considerada para  
fins de correção

RASCUNHO